

**A IMAGEM DA CRIANÇA MIGRANTE NO IMAGINÁRIO URBANO**Gheysa Daniele Pereira Moura¹
Lúcia Marina Puga Ferreira²

Resumo: Na última década a temática das migrações ganhou destaque no meio acadêmico e nos meios de comunicação, dado o significativo crescimento no número de pessoas em deslocamento transnacional, com destaque para migração venezuelana para os países sul-americanos. Esse movimento evidenciou a situação da criança que vive em contexto migratório. Assim, considerando que a infância migrante seria uma construção sócio-histórica e cultural, que expressa uma experiência específica da história da humanidade, na qual a criança se encontra em um processo contínuo de socialização e assimilação de práticas sociais e culturais, conforme seu deslocamento territorial, as reflexões em tela objetivam compreender a imagem da criança migrante no imaginário urbano, salientando que, ao nos referirmos ao urbano, não estamos tratando de aspectos arquitetônicos ou econômicos das cidades, e sim, de urbanidade, ou seja, do convívio harmônico entre os diversos grupos sociais em um determinado espaço social.

Palavras-Chave: Espaço Social; Infância; Migração.

THE IMAGE OF THE MIGRANT CHILD IN THE URBAN IMAGINARY

Abstract: In the last decade, the issue of migration has gained prominence in academia and in the media, given the significant growth in the number of people in transnational displacement, especially Venezuelan migration to South American countries. This movement highlighted the situation of children living in a migratory context. Thus, considering that migrant childhood would be a socio-historical and cultural construction, which expresses a specific experience in the history of humanity, in which the child is in a continuous process of socialization and assimilation of social and cultural practices, according to their territorial displacement, the reflections on screen aim to understand the identity of the migrant child in the urban imaginary, emphasizing that, when we refer to the urban, we are not dealing with architectural or economic aspects of cities, but with urbanity, that is, the harmonious coexistence between different social groups in a given social space.

Keywords: Social Space; Childhood; Migration.

Introdução

¹ Assistente Social, graduada em Serviço Social pela Faculdade Martha Falcão Wyden (FMF) no ano de 2014. Mestra em Ciências Humanas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA-AM) no ano de 2022. Filiada a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Assistente Social de base da Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 15^o Região AM.

² Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH/UEA) e aos cursos de Bacharelado em Administração e Ciências Econômicas. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO

Nos últimos anos a migração infantil “ganhou” um certo destaque nas mídias em decorrência de políticas migratórias mais rígidas, com a separação das crianças de suas famílias, detenção e encarceramento destas em jaulas. E, pela imagem de corpos de crianças sem vida, após trágicos processos de deslocamentos pelo Mar Egeu em direção a Europa. No Brasil, a migração venezuelana evidenciou a difícil realidade de milhares de crianças que cruzam a fronteira, cuja existência muitas vezes se mostra invisibilizada em seu direito a infância, sendo obrigada à adultecer. Logo, uma migração que não se refere apenas ao espaço territorial, mas a própria migração abrupta da vida infantil para a vida adulta, depreendendo-se o seguinte questionamento: qual a imagem da criança migrante no imaginário urbano?

Responder a esse questionamento não se mostra como uma tarefa fácil. O estudo sobre a infância migrante exige do investigador mais do que o domínio dos métodos e técnicas de coleta de informações e da sensibilidade para participar do universo da criança, exige um olhar interdisciplinar, isto é, o investigador precisa olhar para infância migrante para além do seu campo de formação, por se tratar de um fenômeno humano total.

Para Jorge Durand & Carmem Lussi (2015, p. 55) cada “interlocutor percebe e é interpelado pelo fato migratório a partir do seu campo de formação”, porém devemos considerar que o fenômeno migratório humano é como um mosaico, nesse sentido nenhuma área de conhecimento teria condições de responder a todos os questionamentos relacionados a este fenômeno isoladamente, razão pela qual se impõe o diálogo interdisciplinar, principalmente quando as migrações são observadas a partir da infância.

No geral, a criança migrante é percebida quando necessita de assistência sociojurídica e socioassistencial, ou quando “desarmonizam” o espaço social estabelecido, como no caso venezuelano, no qual muitas famílias são obrigadas a viver em situação de rua, pela falta de recursos financeiros para locação de um imóvel no momento em que chegam ao país de destino, sendo uma situação percebida negativamente pela sociedade estabelecida. O espaço social se mostra de grande importância nos estudos migratórios, sobretudo para a infância



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO migrante, que normalmente está relacionada a sua inserção no ambiente escolar.

Não se pode ignorar a relação da infância migrante com o espaço social. Marcelo Lopes de Souza (2004, p. 23) ressalta que “as ações humanas não são independentes do espaço social”, isto é, as ações humanas vão sendo moldadas a medida em que o próprio homem transforma e atribui significado ao espaço social. Nesse sentido, o presente estudo se propõe a refletir a possível relação do espaço social com a construção da imagem da infância migrante. Acredita-se que as sociedades constroem em seu imaginário uma representação da infância migrante através das histórias e relatos acerca do seu processo de chegada aos países, mas, também, a partir da relação das crianças com o espaço social.

1. Migrações: Espaço Social e Práticas Sociais

Não podemos pensar as migrações desconectadas do debate sobre o espaço social, tendo em vista que o homem se organiza em torno de um determinado espaço, que conforme Armando Silva (2001, p.18) “denomina-se, mostra-se ou materializa-se numa imagem, num código ou símbolo que desenham os diversos cenários sociais e estéticos, através do qual o homem se relaciona e cria os elementos identitários dos grupos humanos”, que são modificados a partir do momento em que o homem se desloca territorialmente.

Sabe-se que historicamente as sociedades se organizaram em torno da produção daquilo que era necessário a sobrevivência do homem, tendo por base a exploração do homem sobre o homem. Conforme Maria Augusta Tavares (2009, p. 240) “do escravismo ao feudalismo, a produção tinha como limite o próprio homem”, havendo a necessidade de concentração de um grande quantitativo de mão-de-obra para ampliar a produção. “Já no capitalismo, a máquina é o meio de produção, o que obriga o homem a deslocar-se do campo para as cidades e ofertar sua força de trabalho”, acelerando as transformações sociais e espaciais das cidades.

Para pensarmos as migrações relacionadas ao espaço social precisamos colocar em debate a questão do urbano e da urbanização, cujo ponto de partida



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO na contemporaneidade pode ser o processo de industrialização, como aponta Henri Lefebvre (2001, p. 11), já que “a industrialização seria o indutor das transformações na sociedade e das múltiplas expressões da questão social, contudo, não se pode esquecer que as cidades são preexistentes a esse processo”. Para o autor há uma relação intrínseca entre os termos urbanização e urbano, de forma que seria possível definir uma sociedade urbana considerando o contexto social observável nos centros urbanos.

Os centros urbanos na visão de Lefebvre (2001, p. 12) são definidos pelo seu valor de uso, ou seja, “as atividades que são desenvolvidas nos espaços (ruas e bairros) e no tempo (honorários e festas). Se são espaços de produção de matéria-prima ou beneficiamento, se concentram ou não o espaço comercial (valor de troca)”. Na atualidade não se fala em mercado como o comércio de produtos de consumo, mas no universo do mercado em que se engloba diversas formas de relações de produção, incluindo a ajuda humanitária.

O mercado da ajuda humanitária se instala mais fortemente em espaços que não possuem valor de troca comercial, mas que em função do contexto de crises humanitárias atrai diversos organismos e instituições nacionais e internacionais, conseqüentemente, investidores da solidariedade que visam auxiliar na mitigação dos danos, principalmente, os causados pelas violações dos direitos humanos.

Logo, o centro urbano não seria necessariamente médias e grandes cidades, podendo ser pequenas cidades, sobretudo, em regiões de fronteira, já que o urbano não se limitaria a estruturas arquitetônicas e infraestrutura básica, mas trata-se de uma vida urbana, que para Lefebvre (2001, p. 22) se relacionaria aos “encontros, confrontos das diferenças, conhecimento e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos padrões que coexistem nas cidades”, nesse sentido falaríamos de urbanidade, que seria a convivência harmoniosa diferentes grupos humanos.

Para Sandra Hatahy Pesavento (1999), as estruturas arquitetônicas de uma cidade que irá lhe conferir o *status* de urbana, uma vez que os monumentos, os traços arquitetônicos representariam o imaginário social urbano, uma imagem da



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO
cidade ideal da dita sociedade urbana. Portanto, o imaginário urbano estaria presente em todas as cidades, independentemente da extensão territorial ou a atividade econômica, utilizada para diferenciar o cidade rural de cidade urbana. Logo, o imaginário urbano seria representado pelas práticas sociais associadas ao conjunto da plasticidade arquitetônica e organizacional das cidades, que criariam imagens sociais diversas para uma sociedade plural.

É possível pôr frente a frente as representações da cidade que falam de progresso ou tradição, as que celebram o urbano ou idealizam o rural, o imaginário dos consumidores do espaço frente aos dos produtores da urbe, a visão das elites cidadinas com a dos populares e deserdados do sistema, a dimensão da esfera pública, como representação com o imaginário constituído sobre o privado, as imagens do espaço que contrapõem o centro ao bairro, ou ainda, a própria visão da rua, vista como local de passeio ou passagem, contraposta àqueles que nela moram por não terem outra opção (PESAVENTO, 1999,p. 19-20)

O confronto de representações nos leva a pensar qual seria a compreensão da urbe pela criança em contexto de migração. A cidade da criança migrante é uma cidade invisível, formada por um mosaico de representações, apresenta uma representação da cidade de origem, uma representação da cidade de destino, uma representação da cidade ideal e da cidade real, onde ela experimenta o espaço social e vivencia uma infância que lhe é negada, pois a cidade real lhe impõe o abandono das brincadeiras para que seja assumida uma vida laboral, e as práticas sociais dos adultos.

Lefebvre (1974) afirma que a prática social seria a materialização de elementos subjetivos que comporiam a totalidade da realidade concreta, ou seja, a existência de uma práxis que decifraria o espaço onde o ser social se objetivaria, ao mesmo tempo em que aprofundaria uma série de contradições políticas, ideológicas, sociais e culturais representadas pela arquitetura, urbanismo, arte, política, sentimento de pertença, etc., além da própria estratificação social.

Não podemos ignorar, como salienta Souza (2004, p. 30), que “as práticas sociais não são espaciais ou especializadas, mas um elemento básico da estrutura da sociedade concreta, sendo o palco das correlações de força”. Ora,



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO se pensarmos em espaços de acolhimento institucional, haverá um poder sendo exercido sobre os indivíduos, através do controle dos horários para despertar e dormir, se alimentar, fazer sua higiene pessoal, as regras de conduta e vestimenta que os acolhidos devem seguir. Por meio do espaço a capacidade de agencia dos indivíduos, vão sendo paulatinamente tolhidos, e no decorrer desse processo, uma imagem da identidade dos indivíduos vai sendo socialmente construída no imaginário urbano, seguindo um padrão lógico de direcionamento das ações humanas. Logo, podemos compreender a prática social como um importante marcador quando se estuda as migrações, por se tratar de uma variável viva de significação do espaço social e dos sujeitos.

As migrações pressupõem uma relação espacial entre os sujeitos e duas sociedades de referência, a sociedade de origem e a sociedade receptora, que embora possuam grupos humanos comuns: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, indígenas, negros, etc., são sociedades que percebem o espaço social de inúmeras formas, são indivíduos que sentem e percebem diferentemente as relações de poder econômico, de gênero, geracional, espacial, etc.

Precisamos ter em mente que embora sejamos levados a compreender e perceber esse fenômeno das migrações como algo coletivo, ela é individual. Cada pessoa passa por um processo particular de compreensão da organização social e das práticas sociais das cidades de destino, bem como do que é ser um migrante, da redefinição de sua própria identidade, ainda que não seja algo consciente, mas por ser um processo de moldagem imposto pela ideia de urbanidade da cidade de destino. Na tentativa de estabelecer diferenças, cria-se uma imagem coletiva daquele que cruza as fronteiras transnacionais a partir da interpretação de suas práticas sociais individuais e coletivas, fomentando o debate em torno do “nós e eles”.

Norbert Elias & John L. Scotson no estudo “*Os Estabelecidos e os Outsiders*” (2000), debatem o “nós e eles” a partir do que seria uma sociedade estabelecida e de quem seria o outsiders, observando as relações de poder na comunidade de Winston Parva. Os autores consideraram em suas análises aspectos subjetivos como: sentimento de superioridade social e moral, pertença,



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO identidade, espaço social, práticas sociais e relações sociais. Afirmam existir uma semelhança na forma como os grupos de poder elevado (estabelecidos) estigmatizam os grupos tidos como outsiders (imigrantes) em todo o mundo, sendo essa estigmatização perceptível por meio de diversos marcadores, entre eles: a pobreza, a humilhação e a opressão. Esses marcadores não são “suavizados” em relação a criança migrante, ao contrário, são intensificados para que cresçam subjugados em relação aos estabelecidos, sendo criada duas imagens subjetivas da criança, uma autoimagem fragmentada e uma imagem criada pela sociedade estabelecida, geralmente uma imagem negativa a partir de uma delimitação mental dos espaços sociais.

Para Eduard W. Said (1990, p. 65), “o espaço adquire um sentido emocional ou até racional por meio de um tipo de processo poético”, são os homens que atribuem significação social aos espaços a partir da interação com o meio ambiente e das relações sociais e de poder, que se materializam na organização espacial e arquitetônica das cidades. O espaço seria também um local de experimentação, em que os sujeitos atribuiriam os valores positivos e negativos a partir de uma experiência emocional com o espaço.

O espaço social adquire um significado para as crianças migrantes distinto da significação dada ao mesmo espaço pelo adulto migrante e pela sociedade estabelecida, pois estes se relacionariam e se expressariam conforme a lógica social aprendida no país de origem somada a lógica social vivenciada no país de destino. Logo, a forma como as crianças migrantes interagem e atribuem significado aos espaços sociais e desenvolve suas práticas sociais, permitiria a sua identificação no imaginário social.

2. Imagens da Infância

Para Cássia Schroeder Buitoni (2009, p. 46) o espaço possui “funções convencionais com possibilidades de alteração na percepção do espaço cultural, social e econômico, que se refletiriam no espaço físico”. Neste caso, a prática social seria um mecanismo de definição das fronteiras mentais, necessárias para manutenção da relação de poder entre os grupos dominantes, que se auto



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO reconheceriam como autônomos e humanos, e aqueles que formariam os grupos dominados, que teriam sua condição de humano socialmente dissolvida, entre os quais se localizam as crianças migrantes.

Entende-se que o espaço social seria um espaço de troca simbólica entre o adulto e as crianças, considerando todos como agentes ativos e participativos das ações transformadoras do espaço social. Buitoni (2009, p. 65) afirma que “as crianças percebem o espaço sempre como um ambiente relacionado às suas sensações: espaço-alegria, espaço-medo, espaço-proteção, ou seja, os espaços são onde elas experimentam a liberdade e a opressão”. Esses espaços podem ser a casa, a rua, a escola, a igreja, o parque, etc., que funcionariam como mecanismos de institucionalização da infância.

Andrea Braga Moruzzi & Gabriela Guarnieri de Campos Tebet (2010, p. 22) afirmam que “o corpo da criança, bem como a cultura da infância ou culturas infantis são orientados e influenciados pelas concepções que se difundem nas instituições”. Destaca-se a escola representa o espaço de institucionalização mais visível da infância, razão pela qual grande parte dos estudos sobre a infância sejam relacionados ao contexto escolar.

Considerando a forma como a infância foi percebida e tratada ao longo dos séculos, Moruzzi & Tebet (2010, p. 32) dividem os espaços institucionais da infância em duas categorias: “as instituições totais (os asilos, os orfanatos, a roda dos expostos) e as instituições parciais (as famílias, a escola, os parques infantis, etc)”. Na contemporaneidade, as instituições parciais seriam caracterizadas pela ideia de educar e cuidar, ou seja, ao mesmo tempo em que exercem o poder e o controle sobre as crianças, também se pretendem como cuidadoras e formadoras de cidadãos ativos e participativos.

Os espaços de institucionalização da infância, também produzem a imagem social das crianças. Nesse sentido, compreendemos a institucionalização da infância como o enquadramento de uma determinada fase da vida a um modelo de sociedade eurocêntrica, capitalista, neoliberal e globalizada que determinaria a forma como as crianças são percebidas no imaginário social urbano.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO

O antropólogo Alberto del Castillo Troncoso em seu livro “*Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México, 1880-1920*”, defende que a ideia de infância seria uma construção resultante da representação fotográfica de estudos médicos e pedagógicos que foram divulgados em jornais, de forma que o senso comum estabeleceu em seu imaginário uma definição do que seria a infância relacionada a uma perspectiva biológica e psico-motriz, essa representação imagética da criança, também pode ser compreendida como uma forma de institucionalização da infância.

Manuel Jacinto Sarmiento, Natália Fernandes & Catarina Tomás (2017, p. 42) afirmam que a infância seria “sociologicamente interpretada e construída, a partir das formulações normativas produzidas pelas instituições sociais, mas também a partir das práticas sociais das crianças e da sua ação na sociedade”. Assim, a infância seria uma abstração percebida no espaço social por meio das relações de poder que a homogeneiza ao mesmo tempo em que a diferencia.

Sarmiento, Fernandes & Tomás procuram analisar a subjetivação da infância a partir da forma como estas aparecem nos estudos sociológicos da infância. De acordo com os autores, a infância seria percebida a partir de sua figura pública, que “emergiria como um constructo dos meios de comunicação, pontuado pela tragédia das condições de existência das crianças violadas nos seus direitos” (SARMENTO, FERNANDES & TOMÁS, 2017, p.47). Essa imagem teria maior alcance e apelo social, no que se refere a afirmação da criança no espaço social e na construção de políticas públicas.

Outra imagem recorrente nos estudos sobre a infância seria a da criança enquanto sujeito de direito, que partiria da legitimação da institucionalização da infância a partir da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), e demais instrumentos normativos de proteção social da infância de cada país. Seria “baseada na ideia mítica de uma criança universal, que reivindica tempo e espaços públicos e privados” (SARMENTO, FERNANDES & TOMÁS, 2017, p.48).

Uma das imagens mais controversas da criança refere-se ao debate “ofício de ser estudante x ofício de ser criança”. Essa discursão gira em torno da ideia



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO de que a condição de estudante da criança configuraria um trabalho, assim como para um pesquisador cujas horas dedicadas ao estudo é considerado um trabalho. De acordo com Sarmiento, Fernandes & Tomás (2017, p. 49-50) essa imagem considera que “ser criança seria o trabalho de tornar-se pessoa através da função de estudante, considerando as concepções dominantes da criança em contextos concretos de ação educativa”. Logo, crianças que estariam fora do contexto escolar, não conseguiriam tornar-se uma pessoa, seriam tolhidos em sua existência social, razão pela qual essa imagem da criança não possui consenso entre os estudiosos da infância.

A imagem institucionalizada da criança em situação de risco e vulnerabilidade social constrói-se a partir das demandas específicas da criança ante as crises econômicas, ou seja, são “apresentadas por diversos recortes de caracterização da exclusão social”. (SARMENTO, FERNANDES & TOMÁS, 2017, p. 51). Relaciona-se diretamente com a ideia de pobreza absoluta e relativa, bem como as diversas situações de abuso ou negligência que vivenciam ou vivenciaram no ambiente doméstico, na rua, entre outros espaços sociais.

Nos debates sobre a infância, a figura da criança como produtora de cultura mostra-se recorrente. Sarmiento, Fernandes & Tomás (2017, p. 52-53) acreditam que “as culturas da infância são processos simbólicos produzidos a partir da interação da criança com seus pares e com os adultos para significar o mundo”. As culturas infantis seria, portanto, a representação da relação das crianças com o espaço, com outras crianças e com o universo adulto. Essa perspectiva considera que a criança não é mero reproduzidor de princípios e valores repassados pelos adultos para manutenção e “sobrevivência” das sociedades, mas agentes protagonistas de sua própria história, de estabelecimento de práticas sociais próprias a partir da forma como a criança interpreta o espaço social, portanto, produtoras de cultura.

Sarmiento, Fernandes & Tomás (2017, p. 54-55), apontam ainda a existência da imagem da criança cosmopolita, que seria caracterizada por “práticas contra hegemônicas no campo dos direitos da criança, e trazem para a discussão a importância de analisar os processos macroestruturais e as suas implicações para a infância”. Essa perspectiva considera aspectos normativos e



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO políticos adultocêntricos e etnocêntricos, suportando discursos hegemônicos que apresentam as crianças muitas vezes de forma acrítica e descontextualizada, que terminam por anular a própria existência da infância enquanto sujeito histórico e cultural.

Todas essas imagens da criança apresentada por Sarmiento, Fernandes & Tomás, são percebidas e analisadas a partir da relação da criança com o espaço social, sempre considerando as correlações de forças entre o universo adultocêntrico e o universo da criança. Podemos dizer que o universo da criança ocupa uma estrutura social e cultural própria, mas que se mostra estigmatizada, exotizada, inferiorizada pelo adulto.

Há uma tendência em observar a criança somente a partir das demandas sociais do adulto, ignorando outros aspectos subjetivos que formariam as identidades das crianças e nos permite pensar em a infância no plural.

Nota-se que embora o tema da infância pareça superado, podemos dizer que este seja um debate em aberto, sobretudo, quando se pensa uma infância migrante heterogênea e hipervulnerável, em função da imagem homogeneizada da criança, centrada na sua relação com o espaço educacional e suas características bio-psico-motoras.

3. A Infância Migrante no Imaginário Social Urbano

O fenômeno das migrações humanas em massa não surgem da noite para o dia, não atingem somente uma região do planeta, e muito menos se limita a migração de homens e mulheres jovens e adultos, elas alcançam diretamente as crianças, que possuem um fluxo migratório próprio, que dada a situação e as condições em que ocorrem, podem ser considerado uma “crise migratória infantil”.

Zygmunt Bauman (2017, p. 07) afirma que “essa crise é hoje uma espécie de codinome politicamente correto para a fase atual da eterna batalha dos formadores de opinião pela conquista e subordinação das mentes e dos sentimentos humanos”. Ao relacionar as migrações o sentido de crise, se reforça a ideia de que os migrantes são inimigos, portanto, haveria a necessidade de



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO proteção e defesa do espaço social, através do cumprimento de normas de convivência já estabelecidas socialmente, sejam elas normatizadas ou não. Neste sentido, pode-se pensar que a interação sensorial da população local em relação aos migrantes e aos espaços que eles ocupam nas cidades, como a materialização da “subordinação das mentes” e dos “sentimentos” apontados por Bauman.

Com base na perspectiva apresentada por Bauman, podemos dizer que a primeira imagem da infância migrante que se forma no imaginário urbano, seria de crianças em situação de risco e vulnerabilidade social que necessita da proteção do Estado, dada sua condição de miserabilidade, mesmo na companhia dos pais. Independente do motivo que leva indivíduos e famílias decidirem migrar, “os migrantes representariam sempre aqueles miseráveis que estariam abaixo dos “miseráveis” nativos” (BAUMAN, 2017, p. 19). Essa condição de miserabilidade dos migrantes seria utilizada para justificar o controle social por parte da sociedade receptora, um controle social que não visa a garantia de direitos, mas que funciona como mecanismo de exercício do poder, sobretudo, para tutelar as crianças em contexto de migrações ou negar a existência de um processo migratório infantil.

O estudo “*(In)Movilidad en las Americas*” dos grupos de pesquisa “Migración Sur-Sur” e “Fronteras: movilidades, identidades y comercios” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), aponta que “entre 2014 y 2018, por ejemplo, el continente atestiguó la así llamada ‘crisis de la niñez migrante’ que derivó en la separación de familias y la inadmisibile detención en jaulas, mayoritariamente centroamericanos, en Estados Unidos” (2020). Se reconhece a existência de um fluxo migratório infantil próprio, ou seja, que ocorre em paralelo ou independente do fluxo migratório dos adultos, já que os fatores motivadores para o deslocamento e a forma como acontece a subjetivação das crianças são distintos do adulto.

Ricardo de Oliveira Silva (2010, p. 132), afirma que ao longo da história “a criança passaram a ser olhados em sua integralidade”. Olhar de forma integral para criança significa reconhecer sua existência como sujeitos de direitos, históricos e culturais, que sentem e formulam sua interpretação de mundo e da



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO
realidade na qual estão inseridos, assim, se faz necessário considerar aspectos subjetivos e as condições de existência das crianças em contexto de migrações.

Pablo Ceriani Cernadas, Lila García & Ana Gómez Salas (2014, p. 10-11) consideram crianças em contextos de migrações, aquelas que “permanecem no país de origem e os pais migram; as nascidas no país de destino; as nascidas no país de destino que retornam ao país de origem dos pais; as que migram com a unidade familiar, desacompanhadas e/ou na companhia de terceiros”. Logo, a infância migrante não seriam somente aquelas que cruzam as fronteiras nacionais, mas todas aquelas que de alguma forma vivenciam a migração, que pode ser uma experiência positiva ou negativa.

Neste caso a infância migrante poderia ser compreendida como um sentimento, uma experiência que se vive em um determinado momento da vida. Assim, não seria um conceito em si, pois só existiria por meio da sua subjetivação quando utilizado para fins de análise social acerca de um processo de deslocamento transnacional heterogêneo e multifacetado, que contaria a própria história da humanidade a partir de várias perspectivas.

Se reconhece que a infância migrante se mostra multifacetada, com diversos fatores que aprofundam a situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social desse segmento que se subdivide em: primeira infância (0 à 6 anos), infância (7 à 12 anos), adolescência (13 à 17 anos) e juventude (15 à 17 anos). E que em cada um desses períodos experimenta e vivencia a migração de uma forma, atribuindo significados diferentes ao espaço social, com práticas sociais distintas, embora, prevaleça a imagem cosmopolita das crianças migrantes. Salienta-se que quando se projeta no imaginário social urbano a imagem das crianças migrantes como um grupo único, em que o fator de vulnerabilização se resume ao fato de estarem em deslocamento, ocorre a sua invisibilização, pois está passa a ser pensada somente no plano da coletividade adultocêntrica.

Dessa forma, podemos pensar que a representação da infância migrante no imaginário urbano seria construído com base nas percepções sociais adultocêntricas dos deslocamentos humanos, que diferem da compreensão das crianças, já que esse segmento experimentaria o processo migratório a partir



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO
das suas sensações em relação ao espaço social, as emoções que a migração desperta.

Entende-se que as crianças vivenciando ou não as migrações expressam seus sentimentos e experiências, bem como possuem capacidade de tomar decisões com base na sua interpretação de mundo. Neste sentido, as crianças migrantes devem ser percebidas e reconhecidas como protagonista da suas histórias e como produtoras de cultura, sem excluir sua necessidade de proteção.

Sugere-se, portanto, que a infância migrante seria uma construção sócio-histórica e cultural, que expressa uma experiência específica da história da humanidade, onde por fatores diversos, as crianças deixam o país de origem, cruzam as fronteiras transnacionais e iniciam um novo processo de socialização e assimilação de novas práticas sociais e culturais, ao mesmo tempo em que existe um grande esforço para manutenção da herança cultural, mas que só seria percebidas e reconhecidas quando suspensa a abstração para análise.

Considerações

Observar a relação da migração infantil com os espaços sociais seria um mecanismo de reconhecimento das crianças em sua condição humana, como sujeitos de Direito, históricos, cultural, políticos e plurais. O reconhecimento da infância migrante não pode ser compreendida descontextualizada do momento histórico e do espaço social ao qual será inserida, nem tão pouco do seu processo de interação com o meio. Acredita-se que ao se deslocar, os indivíduos produzem um novo espaço social, com o estabelecimento de novas práticas sociais e identidades, cujos reflexos sobre as crianças migrantes ainda se mostram desconhecidos.

Entende-se que em um processo migratório haverá a ruptura dos vínculos e com o mundo que as crianças conhecem, causando um dano psicossocial que irá acompanhá-lo em sua vida adulta. Portanto, a infância migrante não seria um conceito, mas uma experimentação do espaço social, das relações sociais e de poder, podendo ser considerada uma construção social e emocional, que



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO indicam a homogeneidade de uma situação de vulnerabilidade não restrita a um extrato social, e a heterogeneidade das relações humanas.

Referências

- BUITONI, Cássia Schroeder. **Mayumi Watanave Souza Lima: a construção do espaço para a educação** (Dissertação). São Paulo, 2009. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=144062 Acesso em 20 de fevereiro de 2022.
- CASTILLO TRONCOSO, Alberto del. Imágenes y representaciones de la niñez en México en el cambio del siglo XIX al XX: Algunas consideraciones en torno a la construcción de una historia cultural. In: **Cuicuilco**, vol. 10, núm. 29. Distrito Federal, México, septiembre-diciembre, 2003. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35102909> Acesso em 15 de fevereiro de 2022.
- CERDENAS, P.C; GARCIA, L.; SALAS, A.G. Niñez y Adolescencia en el Contexto de la Migración: Principios, Avances y Desafíos en la Protección de sus Derechos en América Latina y Caribe. In: **REMU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana/Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios**. Brasília, Ano XXII, nº 42, 2014, p. 9-28. Disponível em <http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/429> Acesso em 17 de fevereiro de 2022.
- DURAND, Jorge; LUSSI, Carmem. **Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. Disponível em: http://www.catedrajorgedurand.udg.mx/sites/default/files/livro_metodologia_e_teorias_no_estudo_das_migracoes_c_lussi_j_durand.pdf Acesso em 11 de janeiro de 2022.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Tradução Vera Ribeiro; Tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süssekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Editor, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. In: L'Homme et la société in: **Sociologie de la connaissance marxisme et anthropologie**. N. 31-32, 1974, p. 15-32. Disponível em http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1974_num_31_1_1855 Acesso em 14 de fevereiro de 2021.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito a Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MORUZZI, Andrea Braga; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Instituições. In: ABRAMOWICZ, Anete; MORUZZI, Andrea Braga (Org) **O Plural da Infância: aportes da sociologia**. São Carlos: EduFSCar, 2010, p. 21 – 33.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1999.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes – UNIGRANRIO
Projeto (In)Movilidad Humana en las Americas. Disponível em:
<https://www.inmovilidadamericas.org/ninez-alborde> Acesso em 16 de janeiro de 2022.

OLIVEIRA SILVA, Ricardo de. A efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema de Justiça in: WESTPHAL, Márcia Faria. BYDLOWSKI, Cyntia Rachid. **Violência e Juventude.** São Paulo: HUCITEC, 2010, p. 310-324.

SAID, Eduard. W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SARMENTO, Manuel. FERNANDES, Natália. TOMÁS, Catarina. Figuras da Criança na Sociologia da Infância em Portugal. In: **Revista Sociedad e Infâncias**, 1, 2017, p. 39-59. Disponível em:
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/49876> Acesso em 16 de fevereiro de 2022.

SILVA, Armando. **Imaginários Urbanos.** São Paulo: Perspectiva: Bogotá, Col: Convenio Andres Bello, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Com o Estado, Apesar do Estado, Contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. In: **Revista Cidades.** Vol. 7, n.11, 2010, p. 13 – 47.

TAVARES, Maria Augusta. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p.239 -254.